

Visão do Direito



Pablo Coutinho Barreto

Procurador regional da República e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, doutorando em direito



Igor Moraes Vasconcelos,

Professor de inteligência artificial e doutorando em gestão pública

Inovação e inclusão: como a inteligência artificial pode transformar a realidade da população em situação de rua

Roberto, 34 anos, negro, perdeu o emprego de auxiliar de cozinha quando o restaurante fechou na pandemia. Três meses depois, perdeu o quarto alugado. Dormiu na casa de conhecidos até que as portas se fecharam. Há oito meses, vive embaixo do viaduto da Rodoviária.

A história de Roberto se repete 309.998 vezes no Brasil — número oficial do CadÚnico em setembro de 2024, crescimento de 1.250% desde 2013. No Distrito Federal, são cerca de 3.000 pessoas.

O Supremo Tribunal Federal reconheceu esse fenômeno como estado de coisas inconstitucional na ADPF 976. A resposta do Judiciário veio com a Resolução CNJ 425/2021 e sua atualização pela Resolução 605/2024: comitês locais, mutirões e um índice nacional de implementação. Mas como assegurar moradia adequada para mais de 300 mil pessoas num país com déficit habitacional de 6 milhões de domicílios?

A resposta passa pela coordenação institucional e pode ser potencializada pela inteligência artificial.

Três movimentos simultâneos

A estratégia articula identificação precoce, priorização justa e medição de resultados.

Sistemas de análise de dados detectam sinais de risco — aviso de despejo, perda de renda, alta hospitalar sem encaminhamento, rompimento de vínculos familiares — permitindo que equipes organizem rotas de busca ativa antes que a situação se agrave.

A priorização usa algoritmos que combinam urgência, severidade da vulnerabilidade, tempo de espera e potencial de impacto. Há componente de equidade: quando grupos específicos ficam sistematicamente para trás, o sistema ajusta a fila. Toda decisão algorítmica é revisável por humanos e contestável pela pessoa atendida.

Os indicadores medem quatro avanços: tempo entre alerta e atendimento; percentual de documentação civil emitida; acesso efetivo a benefícios e serviços; e retenção de moradia em seis e 12 meses. Painéis públicos permitem comparar territórios e identificar gargalos.

IA como ferramenta de coordenação

Experiências internacionais demonstram o potencial. Chicago usa modelos preditivos para identificar famílias vulneráveis a perder moradia, permitindo intervenção com subsídio de aluguel antes da crise. Camden, no Reino Unido, analisa indicadores financeiros,

de saúde e escolares para prever riscos e intervir precocemente. Vancouver integra dados de saúde, assistência social e emergência para coordenar atendimento.

Melbourne mapeia concentrações populacionais para otimizar recursos. A Finlândia aplica análise preditiva aos dados de bem-estar social.

No Brasil, a integração entre CadÚnico, SUS, sistema de justiça e segurança pública pode viabilizar soluções semelhantes. Chatbots com reconhecimento de voz facilitam acesso a informações sobre abrigos e benefícios, mesmo para pessoas com baixa alfabetização digital.

Plataformas conectam necessidades específicas a recursos disponíveis em tempo real.

Moradia primeiro

A política “Moradia Primeiro” orienta as ações: acesso imediato à habitação, escolha da pessoa respeitada, serviços de apoio junto à moradia, sem pré-requisitos para entrada. Não se exige estabilidade psicológica ou abstinência. A filosofia privilegia autonomia, liberdade e redução de danos.

Desafios e salvaguardas

Sistemas algorítmicos exigem vigilância contra vieses. População em situação

de rua no Brasil é majoritariamente negra (69%), masculina (84%), com renda mensal inferior a R\$ 109 (84%) e baixa escolaridade (42% sem ensino médio completo, 11% em analfabetismo).

Algoritmos treinados em dados históricos podem perpetuar desigualdades estruturais. Auditoria constante, diversidade nas equipes de desenvolvimento e participação das pessoas atendidas no desenho dos sistemas são cruciais.

Três compromissos verificáveis

Primeiro: ações locais operantes e coordenadas em nível regional e nacional. Segundo: metas públicas para os quatro indicadores-chave, com divulgação mensal. Terceiro: avaliação independente para comparar territórios e corrigir rotas.

Tecnologia amplifica coordenação, mas não substitui escuta. A escolha informada, linguagem cidadã e equipes de referência evitam que política vire labirinto. Inteligência artificial é meio; dignidade é fim.

O teste decisivo: quando a certidão chega, fila anda e rua deixa de ser endereço. Quando Roberto recebe CPF, consegue emprego e mantém moradia por um ano, a Constituição sai do papel. Isso é inovação social a serviço da inclusão. Isso é justiça que transforma destinos.

Visão do Direito



André Leão

Reitor do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF)

Direito: formar hoje profissionais que vão transformar o amanhã

No Distrito Federal e na região Centro-Oeste, a carreira jurídica vai muito além da aplicação das leis. Ela é um instrumento de transformação social e um pilar da cidadania. Em um território marcado por forte presença institucional e desafios complexos, o trabalho dos profissionais do direito é indispensável para garantir justiça, equilíbrio e desenvolvimento.

Brasília concentra tribunais superiores, órgãos federais, embaixadas e fóruns decisivos para o país. É aqui que se discutem temas que influenciam diretamente a vida de milhões de brasileiros. Ao mesmo tempo, no restante do Centro-Oeste, a força do agronegócio convive também com desigualdades sociais e desafios de infraestrutura. Nesse cenário, o advogado cumpre dupla missão:

apoiar o crescimento econômico e institucional e, também, garantir que comunidades rurais, povos indígenas, assentamentos e periferias urbanas tenham acesso à justiça.

Algumas áreas do direito se mostram especialmente estratégicas para o futuro da região: o direito ambiental e regulatório, essencial para equilibrar desenvolvimento e preservação; o direito digital e a proteção de dados, cada vez mais relevantes na Era da Informação; e o direito administrativo e empresarial, fundamentais para a boa governança e para um ambiente de negócios saudável.

O mercado jurídico passa por uma transformação acelerada. Ferramentas digitais, inteligência artificial e novas formas de resolução de conflitos, como mediação e

arbitragem, mudam a prática da advocacia. Áreas como compliance, ASG e propriedade intelectual ganham espaço, enquanto concursos públicos continuam atraindo os jovens. Nesse cenário, quem não se atualizar ficará para trás. O advogado do futuro precisará unir domínio técnico, tecnológico, visão estratégica e compromisso ético.

Por isso, as instituições de ensino superior precisam ter, no centro de seu modelo de aprendizado, uma formação jurídica que una teoria à prática. Atendimento gratuitos à comunidade, projetos de extensão e parcerias com organizações sociais permitem que os estudantes vivenciem desde cedo a realidade da profissão, atuando na solução de problemas concretos e em contextos de vulnerabilidade. Essa experiência junto à

comunidade, aliada ao aprendizado em sala de aula, ajuda o jovem a experimentar hoje o que será sua atuação amanhã.

Formar bons profissionais de direito vai muito além do ensino das normas jurídicas e dos procedimentos. É preciso estimular a leitura, a análise crítica, desenvolver competências socioemocionais e criar oportunidades para que o estudante se conecte com a sociedade e com o mercado de trabalho.

Para aqueles que hoje pensam em seguir nesta carreira, a escolha significa mais do que definir uma profissão: é assumir o compromisso de participar ativamente da transformação da sociedade. No coração do Brasil, a advocacia é mais do que um ofício, é um chamado para construir o futuro da cidadania, da justiça e da democracia.